

Dívida: aumenta

29 DEZ 1985

O ESTADO DE S. PAULO — 33

o risco na AL

MURILLO MURÇA

Os países do Terceiro Mundo, especialmente os 11 latinos-americanos componentes do Consenso de Cartagena, reivindicam o tratamento político de suas dívidas externas — contabilizadas pelo Banco Mundial em torno de um trilhão de dólares, em 1986. Se não conseguirem esse tratamento, prevêem ameaçadoramente um colapso da economia mundial, precedida pela completa desestabilização econômica, social e política de suas estruturas. Os países industrializados e os banqueiros internacionais, no entanto, jamais se descuidaram totalmente desses aspectos, pois procuram preservar as aplicações de seus capitais e garantir o maior retorno possível. Tanto é assim que cobram suas taxas de risco de acordo com minuciosas análises, tanto da capacidade de pagamento do país receptor como da possibilidade de "convencimento" das autoridades econômicas desses países, em que não descartam argumentos como contas suíças secretas.

É justamente a atual dificuldade em obter uma análise política segura sobre esses países que tem aumentado as taxas de risco e reduzido o fornecimento de novos recursos (para o que contribui a voracidade do governo dos Estados Unidos em buscar financiamentos para o enorme déficit de seu Tesouro, US\$ 180 bilhões) e investimentos.

Na América Latina, os investimentos de risco caíram a um terço neste ano, em relação ao anterior e, especificamente no Brasil essa queda foi de US\$ 143 milhões para US\$ 112 milhões, deste ano. O valor líquido dos empréstimos e investimentos estrangeiros na América Latina foi inferior à remessa líquida de juros e lucros, levando a região pelo quarto ano consecutivo, a exportar recursos líquidos para os países do Norte da ordem de US\$ 32 bilhões (US\$ 106 bilhões, desde 1982). A dívida externa da América Latina, no que significa novos empréstimos, cresceu 2%, menos portanto, que a inflação internacional.

PERSPECTIVAS

As perspectivas para 1986 continuam sob a névoa de desconfianças e nada indica que esse quadro possa modificar-se, salvo acontecimentos altamente significativos, que podem ir desde a formação de novos cartéis, catástrofes (vide terremoto mexicano) a modificações políticas cujos sinais proliferam na América Latina e África. Afora esses fatores que podem ser genericamente classificados como negativos, fatores "positivos" como ganhos importantes em tecnologia, também podem modificar as condições de mercado.

Na África, o exemplo mais gritante não pode deixar de ser o da África do Sul, aparentemente em controleável caminhada para dura dura luta racial e política, uma guerra civil que leva tudo para não só polarizar a disputa negro-branco como a Leste-Oeste e Norte-Sul, com abalos consideráveis no mercado mundial de matérias-primas, no de ouro e outros metais de alto valor estratégico e comercial. Na América Latina, a situação é bastante difusa. A instabilidade política do Caribe, a guerra nicaraguense estendendo um

rastilho de pólvora por toda a América Central — impressionante a passividade brasileira sobre a questão, quando dois terços de suas exportações para a América do Norte passam pelo Canal do Panamá, alvo econômico mais sensível às instabilidades políticas na região.

Mais próximos do Brasil e participantes do Consenso de Cartagena, um "clube de devedores" cordato e disposto a entendimentos contra confrontações, estão exemplos muito claros. Na Argentina, o vitorioso "general austral" venceu a luta contra o "general inflação", mas este havia adotado a tática da "terra arrasada", deixando uma economia paralisada, a indústria reduzida ao mínimo, crescimento negativo e a necessidade premente de US\$ 2,5 bilhões em recursos novos que a fez até mesmo namorar o Plano Baker.

Agora a Argentina enfrenta uma nova mobilização de seus sindicatos — ainda que enfraquecidos pela última disputa eleitoral contra o Partido Radical do presidente Alfonsín, e com parte significativa da sociedade que, se dá seu crédito à nova ordem também pretende recuperar anteriores níveis de consumo e crescimento. Como se sairá o governo argentino diante desse novo desafio?

Subindo um pouco mais pelo mapa da AL, temos o Uruguai, a ex-"Suiça latino-americana", dividido em suas classes dominantes entre manter um modelo conservador nacionalista e a forte influência de uma nova onda representada pelo seu chanceler Enrique Iglesias, que gostaria de abrir bastante mais sua economia e implantar na região um novo campo legal para reciclagem de investimentos.

FRENTE

Esta solução naturalmente não conta com apoio da enorme frente política de esquerda que, seguindo as lições de Trotsky, aceitou fazer a caminhada para o futuro em tal companhia. Sob o comando do presidente Juan María Sanguinetti o Uruguai representa, hoje, a interessante exceção em que as esquerdas conseguiram parâmetros de união. Na semana passada, praticamente todas as correntes se fizeram representar, tanto no congresso do Partido Comunista como na convenção dos tu-pamaros. Quertos pontos isto custou na taxa de spread dos bancos? Vale lembrar que a República Oriental do Uruguai não conseguiu pagar nem mesmo os juros de sua dívida.

Subindo ainda mais pelo mapa da AL, vamos encontrar a grande fazenda do general Stroessner, o Paraguai, onde o principal perigo estaria no processo a ser criado pelo espólio do mandatário, já bastante avançado em anos. Poderia o Paraguai institucionalizar, pós-Stroessner, a zona franca informal em que se transformou?

Cresce a oposição ao general Pinochet, no Chile, enquanto a economia do país continua estagnada, depois de retrocessos progressivos na atividade econômica, na renda per capita, no nível de emprego. Seus produtos de exportação sofrem seguidas quedas de cotação, reduzem-se novos recursos que poderiam sustentar o governo Pinochet, que não conta com quase nenhuma solidariedade continental.

Passando pela Bolívia, chegaremos ao Peru. Também não conseguiu pagar seus juros, está sofrendo terrivelmente com a queda da relação de troca de seus produtos, particularmente o petróleo, está com 13 províncias sob estado de sítio desde 1983, devido às atividades do Sendero Luminoso e outras organizações terroristas. Quando não conseguiu mais pagar os juros, seu recém-empossado presidente, Alan García, deixando o silêncio das mesas de negociações, gritou ao mundo que não pagaria.

PERU

Com bom efeito para o público interno, sua atitude de anunciar que o país limitaria a remessa de recursos para pagamento ao exterior a 10% da receita de exportações foi ironizada pelo chanceler uruguai: "Mas não é isso que estamos fazendo todos que não conseguimos pagar?", perguntou Enrique Iglesias. García enfrenta agora, bem ao seu estilo, as multinacionais do petróleo, exigindo-lhes investimentos de US\$ 267 milhões por ano e pagamento de impostos, do que foram isentas pelo governo anterior de Belaúnde Terry.

Mais ao norte, Equador, Colômbia e Venezuela não apresentam melhores condições. A segunda espera melhor para 86 devido à recuperação das cotações de seu excelente café e a terceira queda dramática nos preços de seu principal produto de exportação, o petróleo. O México encontra-se em situação semelhante, mas com dívida externa muito maior, com necessidade premente e já manifesta de US\$ 4,5 bilhões.

Resta a perguntas: quem vai investir nesses países ou emprestar-lhes novos recursos?

Conflitam-se análises de consultorias especializadas mas, ao lado da capacidade de competição internacional do País e das condições internacionais para absorver a produção brasileira e fornecer capitais e tecnologias, está a grande incógnita que representa a Constituinte a ser eleita em 1986. Além de previsões sombrias sobre a necessidade de gastos do governo para a eleição, comprometendo a necessidade de contenção da inflação, está a questão sobre como será tratado o capital estrangeiro na nova Constituição.

Os ibopes e gallups serão atentamente acompanhados pelos investidores internacionais, com a natural desconfiança que esses instrumentos oferecem, para verificar a tendência da próxima assembleia. Aparentemente, nada de significativo mudará nas relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional antes disso, desde que a economia possa apresentar resultados pelo menos semelhantes aos de 1985.

Vale lembrar que o próprio ministro da Fazenda, Dilson Funaro, afirmou que a capacidade de crescimento do País está diretamente vinculada ao nível de investimentos, pois a capacidade instalada da indústria já está esgotada e o crescimento depende de novos recursos. E mais, que a poupança interna tem 25% de seu valor drenados para pagamento da dívida, ao mesmo tempo em que se reduzem as possibilidades de novos investimentos e novos empréstimos em condições aceitáveis.